



8 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 21 de setembro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,5% São Paulo	134.960	R\$ 5,521 (+1,78%)	R\$ 1.412	R\$ 6,162	10,65%	10,66%	Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02
0,09% Nova York	131.065	16/setembro 5,510 17/setembro 5,660 18/setembro 5,461 19/setembro 5,424					

CONTAS PÚBLICAS / Em dia de relatório que apresenta piora do quadro fiscal, Haddad viaja para São Paulo e técnicos adiam entrevista para explicar números e corte extra no Orçamento deste ano

Governo bloqueia mais R\$ 2,1 bi de despesas

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

Para manter a meta de gastos do arcabouço fiscal, o governo federal um bloqueio adicional de R\$ 2,1 bilhões no Orçamento deste ano, conforme relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento de 2024, publicado, ontem à noite, em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*. A explicação dos números, que seria ontem, foi adiada para segunda-feira (23) e deixou o mercado tenso, fazendo o dólar disparar e a Bolsa cair.

Pelas novas regras fiscais, o bloqueio de gastos ocorre quando as despesas ultrapassam 70% do limite de crescimento da receita e o contingenciamento é realizado quando há frustração de receitas. Esse bloqueio extra será somado aos R\$ 11,2 bilhões já bloqueados no relatório do terceiro bimestre, passando para R\$ 13,3 bilhões. O novo valor montante será detalhado pelos técnicos da equipe econômica na segunda-feira.

O governo também anunciou a reversão de R\$ 3,8 bilhões do contingenciamento que havia sido realizado no bimestre anterior. E, com o aumento do valor bloqueado em R\$ 2,1 bilhões e a reversão do contingenciamento, o corte orçamentário é somente bloqueio de despesa e é R\$ 1,7 bilhão inferior da contenção de R\$ 15 bilhões do relatório do terceiro bimestre.

O detalhamento do bloqueio de R\$ 13,3 bilhões por órgão constará no anexo do decreto de programação orçamentária que será publicada no próximo

Reprodução/USP



O ministro Fernando Haddad, em palestra sobre "Os desafios da Economia e as perspectivas da Política no Brasil", em auditório da USP

dia 30. Cada órgão terá cinco dias para indicar as programações a serem bloqueadas. O bloqueio de dotações em atendimento do limite de gastos só poderá incidir sobre dotações dos órgãos do Poder Executivo classificadas como RP2 (despesas discricionárias gerais (não obrigatórias), RP3 (novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) e RP8 (emendas de comissão), sendo esta última na mesma proporção das discricionárias, de acordo com informações do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Reação ao adiamento

A reação negativa do mercado em relação ao adiamento do relatório foi minimizada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que viajou, ontem, para São Paulo, para participar de uma palestra na Universidade de São Paulo (USP). "Nós vamos ver, na segunda-feira, que as notícias são boas. A arrecadação continua vindo em compasso com as perspectivas da receita, as despesas estão acomodadas no teto de gastos, como o previsto, vamos ter que adicionar algum bloqueio. Mas veja bem, o

bloqueio é sempre feito em tudo que passar de 2,5%. Essa é uma regra do arcabouço. Passou de 2,5%, é obrigado a bloquear", disse o ministro a jornalistas.

Mas a praxe esperada, dentro das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) era que o detalhamento ocorresse sempre nas tardes das sextas-feiras, quando o dia 22 do mês da divulgação caía no fim de semana. Ontem, com o adiamento do relatório, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) recuou 1,55%, fechando a 131.065 pontos. O dólar voltou a subir após sete dias

de queda encerrou o pregão cotado a R\$ 5,521, com valorização de 1,78% sobre a véspera.

De acordo com analistas, além da piora do quadro fiscal a tensão no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contribuiu para disparada do dólar ontem. O sindicato nacional dos servidores do órgão, Assibge-SN, convocou, ontem, os trabalhadores a aderirem a um ato de protesto "contra as medidas autoritárias" do atual presidente do instituto, Marcio Pochmann, marcado para a manhã do próximo dia 26, na sede do IBGE.

RECEITA FEDERAL

Bens não declarados: regularize

» RAFAELA GONÇALVES

A Receita Federal abrirá, na próxima segunda-feira (23), o programa que permite a regularização de bens não declarados mantidos no Brasil ou no exterior. Para aderir ao Regime Especial de Regularização Geral de Bens Cambial e Tributária (RERCT-Geral), os contribuintes devem declarar voluntariamente os bens, direitos e recursos que possuem em 31 de dezembro de 2023.

De acordo com o Fisco, o pagamento inclui imposto de renda de 15% sobre o valor desses ativos, além de uma multa de 100% sobre o imposto, totalizando 30% de recolhimento. O prazo para adesão ao regime é até 15 de dezembro de 2024. "A declaração de regularização, o pagamento do imposto e da multa devem ser realizados até essa data, conforme as regras estabelecidas pela Receita Federal", informou o órgão.

Os contribuintes deverão apresentar a Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat), que estará disponível no Centro Virtual de Atendimento — e-CAC, da Receita. Segundo o especialista em tributação Angelo Paschoini, essa é uma boa oportunidade para os contribuintes acertarem as contas com o Fisco. "São sempre bem-vistas as oportunidades para que os contribuintes se autorregularizem, para evitar o excesso de multas."

A regularização de ativos é uma das medidas aprovadas pelo Congresso para compensar a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos que foi estendida até o fim deste ano. Para Leonardo Brigranti, especialista em direito tributário, em termos de política fiscal, a medida busca incentivar aos inadimplentes a recolherem para os cofres da União.

CB AGRO

Novas portas para mulheres rurais

» JULIANA SOUSA*

Um dos dados mais importantes no agronegócio brasileiro é o censo agropecuário, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1920, mas as mulheres só tiveram sua primeira participação em 1995. Sob o sol escaldante ou sob a chuva que traz alívio e frescor, mais de um milhão de brasileiras, segurando a enxada nas mãos e lenço amarrado nos cabelos, lideram estabelecimentos agropecuários em todo o país.

Ana Euler, diretora de negócios da Embrapa, destacou a atuação dessas mulheres à frente do meio rural brasileiro durante o CB Agro — uma parceria entre a TV Brasília e o *Correio Braziliense* — ontem, em entrevista aos jornalistas Vinicius Dória e Ronayre Nunes. Ela defendeu que a mudança vem do espírito corporativo e das federações e, apesar do meio ser majoritariamente masculino, a presença de mulheres no agronegócio é essencial e está em crescimento.

"O agro ainda é um setor majoritariamente masculino, mas isso vem mudando. Eu acho que vem mudando dentro do próprio espírito corporativo das federações e das associações. Além das duas ministras do agro que

já tivemos, acho que também é importante dizer que, depois de 100 anos, também tivemos uma mulher presidente da sociedade rural brasileira que, inclusive é conselheira da Embrapa, a Tereza Vendramini. Ela é uma produtora rural, pecuarista e que muito nos inspira", disse.

Para a diretora, os desafios das mulheres que estão no campo são vários, mas podem ser superados por meio de políticas públicas e qualificação institucional. Euler defendeu que todos precisam estar qualificados para debater sobre equidade de gênero.

"Eu diria que são vários os desafios. Um programa que estamos gestando agora que é exatamente sobre mulheres produtoras, mulheres que promovem o bem-viver tem, por exemplo na Embrapa, um desafio interno que é de qualificação institucional. Às vezes pode-se pensar que para trabalhar com mulher precisa-se ser mulher ou que simplesmente ser mulher já é o suficiente para ter capacidades e ferramentas para promover melhores condições e oportunidades nas cadeias produtivas, mas não necessariamente. Todos nós precisamos entender esse viés de gênero e estar qualificados para

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Ana Euler, diretora da Embrapa, comenta sobre os desafios do protagonismo feminino no agronegócio brasileiro

interagir em qualquer um dos setores", afirmou.

Ana Euler acredita que falta incentivo técnico e informacional para aumentar a participação de mulheres na alta hierarquia do agro brasileiro. Ela argumentou que mulheres não apenas no Brasil, mas mundo afora, têm menos possibilidade de acesso a crédito do que os homens produtores.

O crédito rural é um financiamento destinado a agricultores e produtores rurais, ele serve para ajudar o custeio da produção e o investimento de propriedades. O crédito, que é fundamental para impulsionar o desenvolvimento do setor agropecuário e, conseqüentemente, o crescimento

econômico do país, é pouco acessado pelas produtoras mulheres. Euler argumentou que não é um acontecimento unicamente no Brasil, mas no mundo inteiro. "O que acontece é que muitas vezes a mulheres estão no estágio inicial da cadeia produtiva, produzindo e comercializando produtos sem muito valor agregado então precisam que se tornem melhor, precisam de ajuda para agregar valor, às vezes precisam ser melhor instruídas para acessar o crédito que é fundamental para gerar oportunidades de desenvolvimento econômico. O crédito move a economia e historicamente as mulheres, mas não apenas aqui, mesmo nos Estados Unidos, as mulheres têm

muito menos acesso a oportunidades de crédito do que os homens. Isso é importante por que culturalmente não foram educadas ou capacitadas para isso", explicou a diretora.

Euler comentou também sobre o debate acerca da equidade de gênero, tanto no campo quanto na cidade, precisa ser feito entre sociedade e não apenas em mulheres. Para ela, isso é um processo em transformação e só poderá alcançar resultados satisfatórios se todos participarem. "Às vezes, não é porque não é maioria, mas já está bem melhor do que foi no passado. Essa cultura da mulher na cozinha, da mulher cuidar da família, muitas vezes, é cultura da

própria mulher também. Não são só os homens que são machistas. Nós mulheres fomos criadas numa cultura machista. Tem mulheres que não criam seus filhos homens para fazer práticas domésticas com as mulheres, futuramente, suas esposas. Precisamos falar sobre isso, não apenas só entre mulheres, mas entre mulheres e homens, em sociedade e em família", afirmou ela, defendendo que os homens precisam ser parte da solução. "O desafio da equidade de gênero não é um desafio só das mulheres, é um desafio de toda a sociedade. Uma sociedade mais justa, mais equilibrada é melhor para todo mundo", resumiu.

A diretora aposta ainda na coragem das mulheres para desbravar cargos de lideranças no setor agrícola. Para ela, as mulheres têm tudo para conseguir se destacar e vencer no setor também e, nesse sentido, os homens também precisam ser parte da solução. "O desafio da equidade de gênero não é um desafio só das mulheres, é um desafio de toda a sociedade. Uma sociedade mais justa, mais equilibrada é melhor para todo mundo."

* Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel